



com **Juan Sebastianes**

# 'Reajuste deve ser justo'

Presidente da Amapira explica motivos que o levaram a entrar com representação no Ministério Público contra aumento de 6,94% nas tarifas de água e esgoto de Piracicaba

Natália Marim  
natalia.marim@pjournal.com.br

Juan Antonio Moreno Sebastianes nasceu em 24 de junho de 1948, em Puente Genil, pequena cidade da Espanha. Segundo filho do produtor de vinho, eletricitista e torneiro mecânico Rafael Moreno Beltran, já falecido, e da dona de casa Dolores Sebastianes, é casado com a piracicabana Vania Bragaia Moreno e pai de Fernando Moreno Sebastianes, Patrícia Moreno Sebastianes e Ricardo Moreno Sebastianes. Graduado em engenharia agrônoma pela Escola USP (Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz/Universidade de São Paulo) e licenciado em química pela Unimep (Universidade Metodista de Piracicaba), desde criança gosta de preservar a natureza e, ao longo dos anos de vida, passou a se interessar pelas questões sociais, em especial pela educação, que diz ser o meio para alcançar a cidadania plena. À frente da ONG (Organização Não-Governamental) Amapira (Associação dos Amigos da Cidadania e do Meio Ambiente de Piracicaba), Sebastianes tem como uma das principais funções acompanhar a gestão dos bens públicos e a preservação dos bens ecológicos e do patrimônio cultural de Piracicaba. Ele é um dos municípios de Piracicaba que entrou, conforme noticiou o **Jornal de Piracicaba** em 31 de janeiro, com uma representação no MP (Ministério Público) para que se instaurasse um inquérito civil público para investigar a legalidade da resolução que autorizou o Semae (Serviço Municipal de Água e Esgoto), por decisão da Ares-PCJ (Agência Reguladora dos Serviços de Saneamento das Bacias Piracicaba, Capivari e Jundiá), a reajustar em 6,94% as tarifas de água e esgoto na cidade. A principal reclamação do professor é o desperdício de água tratada na Noiva da Colina. O índice de perda é 54%, segundo a própria Ares-PCJ. Em entrevista ao **JP**, o engenheiro, que já foi vereador de Piracicaba por dois mandatos e, também, secretário municipal de Meio Ambiente e de Planejamento, de 2001 a 2004, falou sobre a representação no MP, a Amapira e a respeito do processo de discussão das tarifas públicas na cidade.

**Como e quando chegou a Piracicaba?**

Meus dois irmãos e eu sempre levamos muito a sério os estudos, principal motivo dos nossos pais resolverem sair da Espanha, onde, na época, filho de trabalhador não tinha boas oportunidades, enquanto aqui as escolas públicas nos pareceram o céu. Vimos ao Brasil em 1957 e, após um ano em Santa Rita do Passa Quatro e um ano em Jundiá, nos mudamos para Piracicaba, porque meu pai acreditava que poderia trabalhar em usina de açúcar e álcool,

mas ele e eu fomos inicialmente vendedores ambulantes de hortifrutis, com carroça.

**Como funciona a Amapira? Quando e como foi criada? Qual seu cargo nesta ONG?**

A Amapira foi criada em agosto de 2009, espelhando-se um pouco no exemplo da Amarribo (Amigos Associados de Ribeirão Bonito), associação que faz um ótimo trabalho para melhorar a política em Ribeirão Bonito (SP). Até hoje temos trabalhado só com voluntários, instalando hortas de temperos em escolas e no CRP (Centro de Reabilitação de Piracicaba), trabalhos de orientação de jovens, participação em conselhos e audiências públicas. Além disso, protocolamos as representações ao Ministério Público, cobrando ações necessárias das administrações públicas ou suas correções, principalmente nas áreas ambiental, de recursos hídricos e de mobilidade urbana. Hoje, ocupo o cargo de presidente desta associação.

**Como avalia o reajuste de 6,94% nas tarifas de água e esgoto de Piracicaba, anunciado recentemente pela prefeitura?**

Nossos governantes têm sempre afirmado que é importante manter baixa a inflação, mas as tarifas públicas e os preços controlados pelo governo são os que mais sobem (energia elétrica, água, tributos, combustíveis, pedágios). Considerando ainda que, apesar das ineficiências, hoje, sem o aumento, a tarifa média praticada pelo Semae está 13,42% acima do custo médio atual, segundo a própria ARES-PCJ. Não dá para concordar com esse aumento de 6,94%.

**Acredita que o consumidor será lesado com o reajuste?**

Muitos consumidores serão prejudicados, principalmente os que precisam usar muita água, como restaurantes, hotéis, escolas, cabeleiros, lavanderia, lavadores de veículos. Alguns lavadores de veículos pediram autorização ao Semae para armazenar e utilizar água de chuva ou de poço, mas não conseguiram. Não seria de interesse público estimular este uso?

**Além do índice de desperdício de água, o que mais levou a Amapira a entrar com uma representação no Ministério Público contra o aumento das tarifas de água e esgoto?**

Ressalto que, em 11/01/2018, na reunião do conselho que aprovou esse aumento de tarifa, por quatro votos favoráveis e dois contrários, o de Kildare (Kildare Wagner Sabbadin), representante do Procon (Programa de Proteção e



Cláudio Cordeiro/JP

Defesa do Consumidor), e o meu, representando o Comdema (Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente), o único representante dos usuários esteve ausente, bem como seu suplente. Além disso, três conselheiros solicitamos adiamento da votação, por poucos dias, para podermos avaliar melhor com os setores que representamos e ver mais detalhes dos custos dos investimentos propostos, mas o presidente do Semae não concordou, alegando que poderia atrasar o mês em que iniciaria o aumento. Considerando ainda que são raríssimos os vereadores que cumprem o seu dever de fiscalizar as ações e omissões do Executivo, nós da Amapira não vimos outra opção para evitar que a população, mais uma vez, seja lesada pelo aumento da tarifa do Semae, que nos parece bastante abusivo.

**Na sua opinião, há casos em que os reajustes das tarifas de água e esgoto são pertinentes?**

Como o próprio nome já diz, o reajuste deve ser justo, isto é, deve ocorrer de acordo com as necessidades provocadas pelo real aumento dos gastos, afetados prin-

cipalmente pela inflação, e, quando há uma necessidade de investimento excepcional, qualquer sobretaxa deve ser utilizada com muita eficiência e transparência, pelo tempo estritamente necessário. Bem diferente do que temos visto acontecer aqui.

**Conforme noticiado pelo JP em 12 de dezembro de 2017, Piracicaba vai receber investimento de R\$ 2,21 milhões para implantação de duas novas frentes do Plano Diretor de Redução de Perdas no abastecimento de água. Qual a importância disso para o município?**

Investimento de R\$ 2,21 milhões é pequeno, mas, se for utilizado com honestidade e eficiência, pode provocar uma significativa redução nas perdas de água tratada.

**Para o senhor, a relação Semae e consumidor é eficiente no quesito transparência?**

Não sabemos o que aconteceu com os recursos provenientes dos aumentos que começaram a vigorar há mais de 20 anos, sob a justificativa de instalar o sistema de coleta e tratamento de esgoto. Criou-se até um fundo específico, mas não se sabe como está. Os últimos aumentos, também, a população só fica sabendo depois de aprovados, sendo pega de surpresa. Não se sabe quem são os verdadeiros proprietários da empresa Águas do Mirante. Portanto, a transparência deixa muito a desejar.

**O que precisa, então, ser melhorado no processo de discussão das tarifas públicas em Piracicaba? O que deve ser levado em consideração para o reajuste das taxas?**

A população deveria ser informada sobre os custos reais do Semae, de onde eles provêm e o que está sendo feito para reduzi-los, como todas as empresas têm de fazer para sobreviver no mercado, a fim de poder participar das decisões para tornar a tarifa mais acessível, devendo o mesmo ser feito com a limpeza pública, paga junto com o IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano). Infelizmente, isso deveria ter sido feito, mas não foi, antes de decidir enviar nosso lixo para o aterro particular de Paulínia e contratar as empresas Águas do Mirante e Ambiental, que "coincidem" com os grandes aumentos dos custos do Semae e da limpeza pública. ●

